

É o fim DE PORTUGAL?



Índice

03

QUEM SOMOS?

04

O fim de Portugal?

06

Demografia de Portugal - um suicídio colectivo

8

O estado social já é insolvente há muitos anos

10

Dívida pública: uma instituição nacional sem resolução?

15

Crescimento da economia:
Sistematicamente somos os primeiros dos últimos

18

Estado desesperado, medidas desesperadas

21

A solução: o que fazer neste neste contexto?



QUEM SOMOS?

A Criptoloja é a primeira empresa registada no Banco de Portugal, 100% Portuguesa, a disponibilizar o serviço de compra e venda de Bitcoin e outras Criptomoedas.

Na Criptoloja garantimos que as suas compras e vendas de Bitcoin, bem como de outras Criptomoedas, sejam realizadas em total segurança, evitando que tenha de correr riscos desnecessários. Transaccionar Criptomoedas envolve riscos, tanto na negociação como no armazenamento das mesmas. Na Criptoloja tratamos de tudo por si: a sua compra ou venda; e a guarda das suas Criptomoedas.

Ficamos no coração de Lisboa, em plena Avenida da Liberdade; estaremos sempre felizes em o receber nas nossas instalações e também temos a opção de [abertura de conta online](#).

ABRA CONTA GRÁTIS

O fim de Portugal?

Soberba da minha parte? Não. Entendo que é muito importante que leia até ao fim o presente artigo. Nele, irei explicar-lhe porque os próximos tempos serão terríveis; uma enorme tempestade financeira e social aproxima-se. As consequências serão dramáticas, tanto para a população portuguesa como para a soberania nacional – esta poderá estar em sério risco de desaparecer!

Portugal é velho, com séculos de história. No próximo dia 5 de Outubro de 2043 iremos comemorar nove séculos de história: será que terá lugar? Será que nessa altura ainda existimos como nação?

Para responder a estas questões, muitos podem invocar o nosso passado, em que atravessámos crises semelhantes, em particular duas.

A primeira, a ocupação castelhana de 1580, que nos obrigou a uma guerra de 28 anos com os nossos vizinhos, depois da revolta de 1640. A segunda, que resultou das invasões francesas do início do século XIX, tendo como resultado tornar-mo-nos um mero protectorado inglês. O general inglês Beresford, entre 1809 e 1820, punha e dispunha do país, incluindo ter ordenado a

execução do herói português Gomes Freire de Andrade, que actuou em quase todos os campos de batalha do seu tempo ao serviço de Portugal.

Reparemos nos antecedentes das sobreditas crises. Anteriormente à invasão de 1580, durante o reinado de D João III, o país tinha atravessado duas décadas antes pela sua primeira bancarrota: em 1560. Não é uma casualidade a afirmação de Filipe I (Filipe II de Espanha), após a sua conquista: “Portugal é meu porque o herdei, comprei e conquistei.” A palavra “comprar” resultou seguramente das enormes somas que gastou para resgatar vários aristocratas portugueses do cárcere para o resto das suas vidas em Marrocos, após a estrondosa derrota em Alcácer-Quibir. Quem tem dívidas não tem direito à soberania, simplesmente obedece aos ditames provenientes do credor: aqui foi o mesmo.

O segundo enxovalho resultou da permanência da família real e do seu séquito no Rio de Janeiro, após a derrota definitiva das tropas napoleónicas; como nunca há lugar a vazão de poder, alguém o tomou. Desta vez foram os generais ingleses que o agarraram, aproveitando-se da situação de abandono a que o país tinha sido sujeito. Quando os líderes

apenas se preocupam com os seus interesses particulares, em lugar da população que governam, o perigo e a humilhação são, regra geral, o resultado óbvio.

Os tempos que vivemos actualmente não são muito diferentes. Já iremos ver porquê; apesar de tudo, parecem muito mais preocupantes que as sobreditas crises; qual a razão que me leva a alertar o leitor a respeito da tragédia que se avizinha?

A minha carreira passou quase em exclusivo pela corretagem, vivo há décadas dedicado aos mercados financeiros, à compra e venda de diferentes activos e instrumentos financeiros. Orgulho-me de ter levado à liderança do mercado financeiro português uma corretora que arrancou praticamente do zero, bem como ter liderado a entrada no mercado brasileiro de um grande banco de investimento dinamarquês.

Em 2017, iniciei o meu interesse pelas criptomoedas, pois julgo que aqui reside a solução para muitos problemas que estamos a viver; nesse sentido, fundei a CriptoLoja em 2020, precisamente para proporcionar soluções aos nossos clientes para os dramáticos problemas que teremos de enfrentar em breve. E quais são os problemas que nos conduzirão em breve a uma dramática crise ?

Demografia de Portugal - um suicídio colectivo

Portugal está velho, na verdadeira acepção da palavra: muito velho! Como podemos observar na Figura 1, em 30 anos, a população com menos de 20 anos passou de 29% do total da população, 1/3 aproximadamente, para apenas 19%. Na faixa etária entre os 20 e os 30 anos, em percentagem da população, verificou-se igualmente uma expressiva redução: de 15% para 11%.

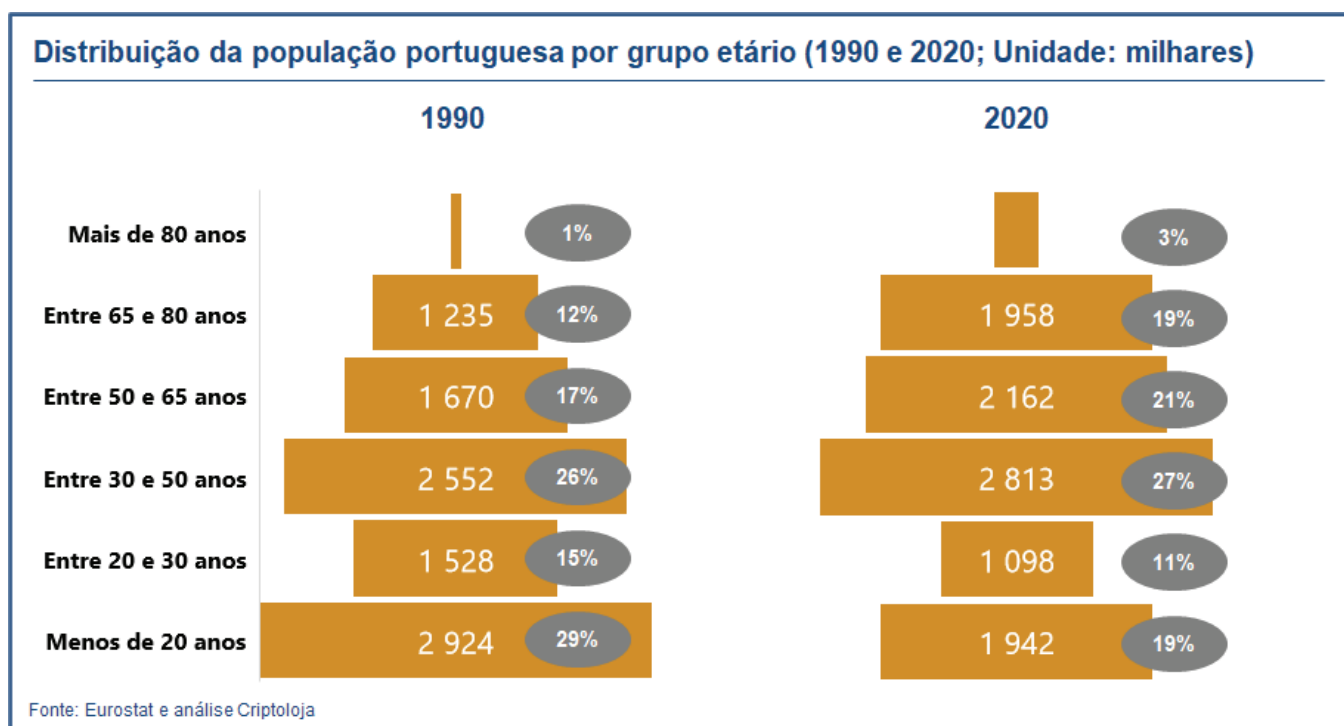


Figura 1

Mas a maior bomba-relógio concentra-se na população entre os 50 e os 65 anos, aquela que irá solicitar a sua reforma nos próximos anos. Entre 1990 e 2020, apesar do total da população ter-se mantido prati-

camente inalterado, este grupo etário registou um aumento de mais de 400 mil pessoas. Já podemos imaginar a pressão sobre a segurança social nos próximos anos!

Além disso, a população envelhecida, com idade igual ou superior a 65 anos, beneficiários de pensões, foi o grupo etário que mais cresceu em percentagem do total da população: em 1990, era um grupo etário de 1,3 milhões, em 2020, passou a ser um grupo etário de 2,3 milhões de pessoas; ou seja, uma subida de 1 milhão de pessoas!

A distribuição da população numa “demografia saudável” deveria assemelhar-se a uma pirâmide, na base, os jovens, no topo, os mais velhos. A pirâmide portuguesa tem uma base pequena e a minguar, diríamos mesmo a ruir, enquanto o topo não pára de crescer. A continuar assim, corre o risco de desabar.

Ora, é muito provável que desabe. Se o leitor não sabe, a nossa segurança social é um esquema em pirâmide, tipo Dona Branca. Os trabalhadores activos são confiscados – através de uma adesão forçada ao sistema – para se pagar as reformas dos pensionistas. Não existe um cofre, tipo Tio Patinhas, onde se guarda o dinheiro para um dia mais tarde ser usado.

Na verdade, assemelha-se ao esquema do famoso burlão Bernard Madoff, com duas diferenças relevantes: (i) na entrada, no caso da segurança social, sujeitamo-nos a uma condenação penal caso não ocorra uma adesão “voluntária” ao sistema; no caso do burlão Madoff, este convencia os

seus clientes de que iriam participar num clube muito exclusivo, com acesso a ferramentas de análise de investimentos do mais sofisticado e evoluído que existia em Wall Street; (ii) na saída, a Segurança Social determina a idade e em que condições um pensionista poderá receber o dinheiro que descontou durante uma vida; para o Burlão Madoff, a saída de um cliente era evitada pelo charme da persuasão: “olha que não poderás regressar a este clube; se saíres não poderás voltar, isto é muito exclusivo”.

Se a população que recebe as reformas não pára de subir e se a população que espera receber reformas nos próximos anos é o segundo grupo etário mais numeroso, o que podemos esperar nos próximos anos se não a falência do sistema!

Como a falência do sistema é inevitável, as pensões não serão pagas ou correm o risco de serem severamente cortadas. Está claro que a solução é construir rapidamente um pé-de-meia, mas como, se os bancos comerciais não remuneram devidamente a poupança? Agora propõe-nos taxas de juro 0% e um dia destes até teremos de pagar para ter lá o dinheiro.

Não se preocupe, a solução para este problema estará mais adiante, onde lhe irei explicar como remunerar efectivamente as suas poupanças.

O estado social já é insolvente há muitos anos

Outro aspecto desconhecido da população é a forma como se financia o estado social: as pensões, os RSIs, os subsídios de desemprego, entre outros itens. De que forma são pagos? Em teoria, pelas contribuições sociais dos trabalhadores activos e dos respectivos empregadores. Na verdade, tudo sai do bolso do empresário, apenas serve para gerar a maior confusão possível.

Se uma empresa contrata uma pessoa, vamos imaginar com um salário mensal de 1000 Euros, o empregador paga 237,5 Euros (23,75% sobre o salário bruto), a título de segurança social do empregador, enquanto o trabalhador “desconta” 110 Euros (11%), a título de segurança social do trabalhador. Num total de 1237,50 Euros, as contribuições para a segurança social somam 347,5 Euros, aproximadamente 28% deste custo total para o empregador, excepto para um funcionário do estado, neste caso o custo será apenas de 890 Euros (1000-110 Euros), faltando ainda considerar o desconto do IRS, reduzindo ainda mais o custo para o estado.

Há muitos anos que estas contribuições sociais são insuficientes para financiar o estado social; o problema tende a agravar-se com o tempo. Estamos agora numa situação limite.

Se visualizarmos a figura 2, onde consta a execução orçamental do presente ano, entre Janeiro e o Junho de 2021, podemos concluir que as contribuições sociais representam **apenas 66%**, dois terços, dos benefícios sociais – onde constam as pensões, os RSIs, os subsídios de desemprego, entre outros. Em conclusão, o estado é obrigado a desviar receitas fiscais para sustentar o estado social, pois este possui um financiamento insuficiente e crescentemente deficitário, à medida que mais pessoas reclamam pensões do estado, entre outros benefícios.

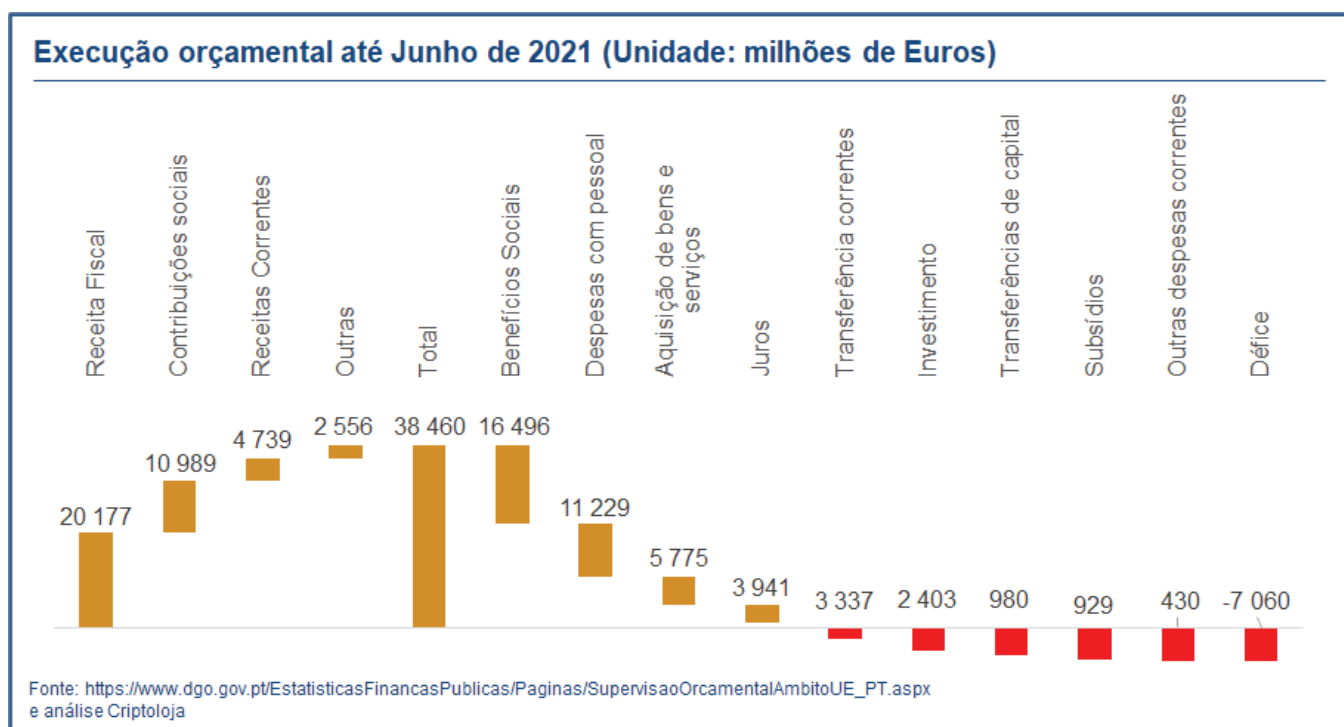


Figura 2

Em face destes números, torna-se evidente que a pressão fiscal não irá diminuir, bem pelo contrário, o estado será obrigado a lançar mais tributos sobre a população. Já se fala em englobar rendimentos de capital, em lugar de taxas liberatórias.

Para aqueles que possuem poupanças, tudo isto são más notícias, a solução passará por adoptar medidas inovadoras de poupança que fujam, obviamente de forma legal, ao controlo estatal. Não se preocupe, no final do email encontrará a solução.

Dívida pública: uma instituição nacional sem resolução?

Há 20 anos aproximadamente, com pompa e circunstância, Portugal adoptou o Euro como sua moeda, substituindo o velho Escudo. Diziam-nos que seria a entrada definitiva num clube privilegiado de países: o fim do regabofe das finanças públicas seria finalmente uma realidade.

Infelizmente, desde essa adesão, em lugar de esperança, tivemos apenas endividamento galopante; nem o susto sofrido em Abril de 2011, em que fomos obrigados a realizar um pedido de assistência externa nos fez reflectir. O regabofe é crónico.

Se observarmos a Figura 3, podemos constatar que a dívida pública subiu 300% entre 2000 e Junho de 2021 – no final do ano deverá terminar em valores próximos de 290 mil milhões de Euros -, enquanto o PIB, o nosso rendimento, subiu apenas 65% para o mesmo período – neste caso, a estimativa do PIB para o final de 2021. A dívida pública irá terminar em torno de 140% do PIB, um dos maiores endividamentos públicos do mundo; na Europa ocupamos o terceiro posto dos mais endividados, atrás da Grécia e Itália. Continuamos em boa companhia.

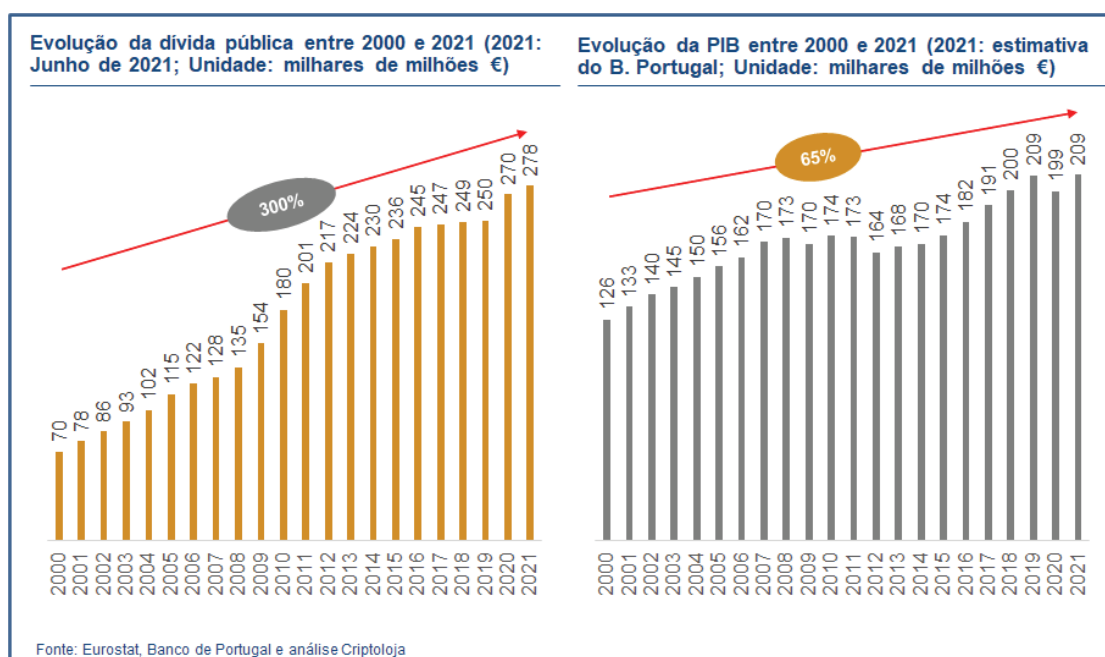


Figura 3

Atentemos agora à Figura 4, onde podemos observar a receita fiscal do estado para o primeiro semestre de cada ano, a partir de 2014; esta encontra-se em torno de 20 mil milhões de Euros em 2021, tendo crescido apenas 2% desde 2014; o que se passa em relação à despesa com pessoal do estado? Consume agora 56% da receita fiscal; ou seja, sem pagar a luz, água e gás dos seus edifícios, sem pagar investimentos de manutenção das suas infra-estruturas, apenas com o seu pessoal consome 56% da sua receita fiscal! Não surpreende os consecutivos máximos que a dívida pública regista: a economia simplesmente não suporta gastos de tal dimensão.

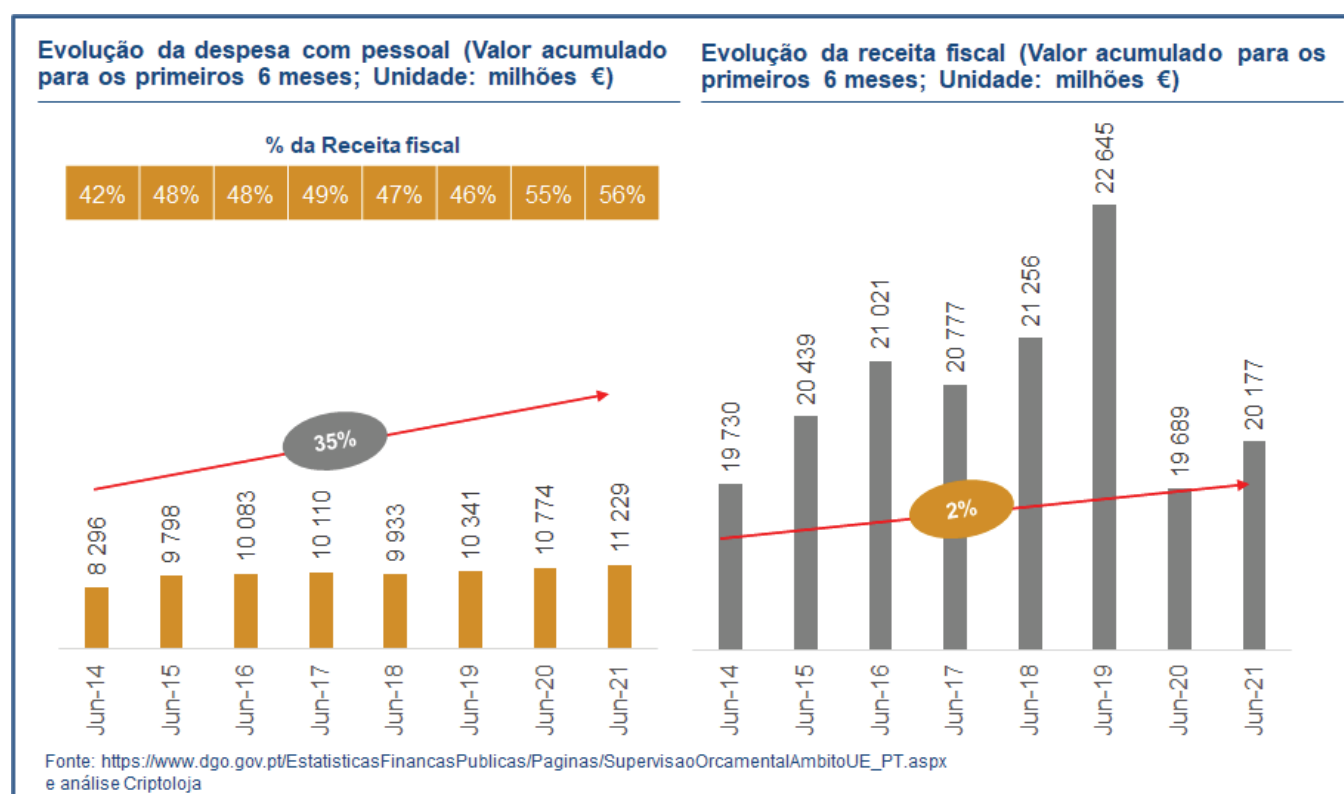


Figura 4

Continuamos sem uma política de verdade. Para melhor explicar a que me refiro, imaginemos uma família que tem um rendimento mensal de 100 Euros e despesas de 120 Euros. Para tal suceder,

existem apenas duas possibilidades: (i) a família pediu um empréstimo de 20 Euros para cobrir o défice; (ii) a família utilizou poupanças que possuía no seu banco para fazer face a despesas que superaram os seus rendimentos.

Como podemos utilizar este exemplo para o caso do estado português? Apenas a primeira situação ocorre presentemente: todos os anos ocorre um aumento da dívida pública; no caso da família, a subida do seu endividamento foi de 20 Euros, no caso do estado português, todos os anos, de forma rotineira, incrementa a sua dívida pública em milhares de milhões de Euros.

Atentemos à Figura 5, em 2020, o défice foi de 11,5 mil milhões de Euros, ou seja, as despesas superaram as receitas neste valor; o que aconteceu à dívida pública? Subiu 20,5 mil milhões, o que representa 10,3% do PIB (199,4 mil milhões de Euros; fonte: Eurostat).

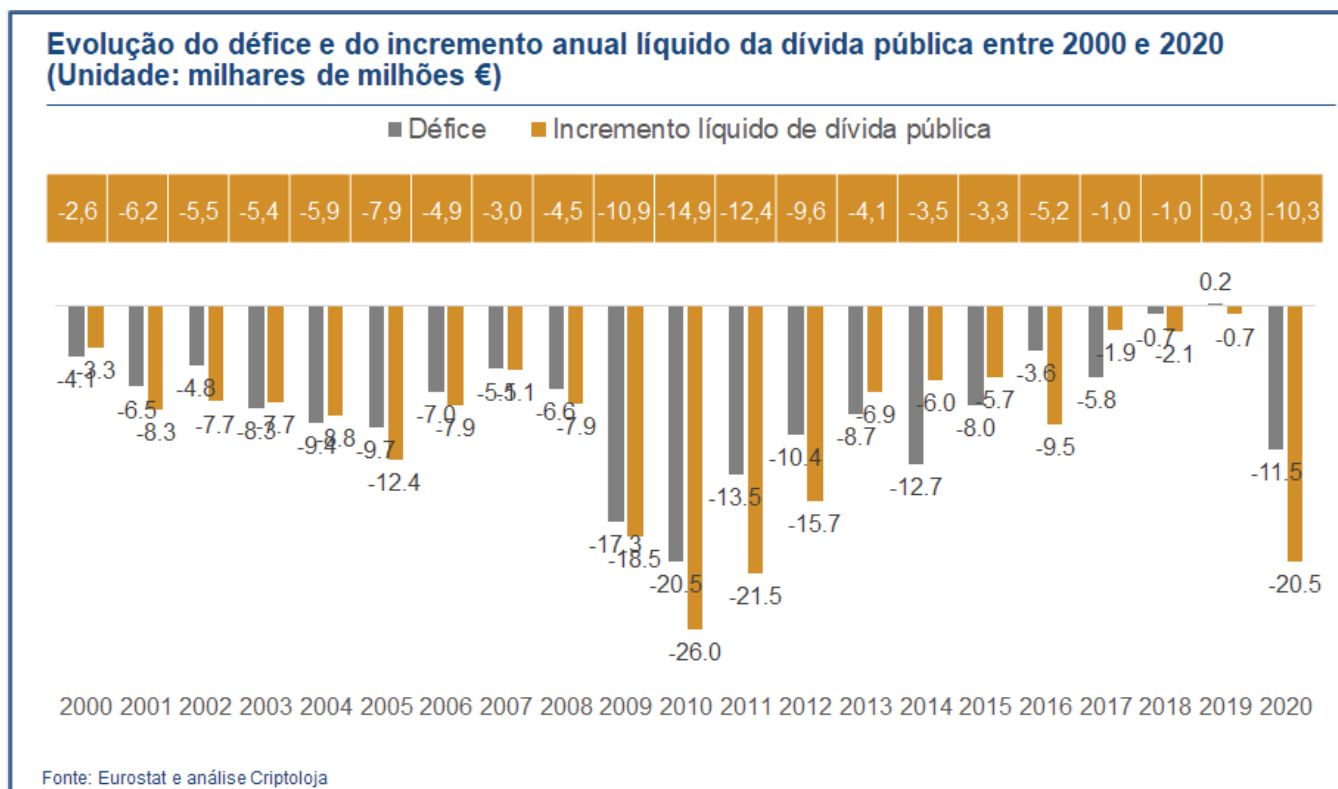


Figura 5

No presente ano, apenas para o primeiro semestre, e tal como indicado na Figura 2, o défice foi de 7 mil milhões de Euros, ou seja, cerca de 7% do PIB (100 mil milhões de Euros de PIB no primeiro semestre aproximadamente); mas, para o mesmo período, a dívida pública subiu mais de 8 mil milhões de Euros; na realidade os buracos orçamentais estão em torno de 10%, algo que será insustentável nos próximos anos.

Em 21 anos, a dívida pública subiu 204 mil milhões de euros, enquanto o défice acumulado para o mesmo período foi de 174 mil milhões, aproximadamente uma diferença de 30 mil milhões! Ou seja, os défices públicos estão substancialmente subestimados.

Como se opera esta mentira? Vamos imaginar que o estado decide injectar capital na TAP através de uma emissão de dívida pública; este investimento, na realidade nova dívida, não entra no défice, mas é considerado um incremento da dívida pública. Alguém viu estas injeções terem sido devolvidas à procedência? Julgamos que nunca tal ocorreu, pois na verdade essa injeção de capital é uma despesa e não um investimento. Muitas mais deste género têm ocorrido nos últimos anos, que certamente irão ter consequências nefastas nos próximos anos.

Como chegámos até aqui? Não foi com uma política de verdade, seguramente. A política de verdade impõe atitudes mentais e morais definidas, em face de certos problemas. A falta de coincidência entre as instituições e os seus fins, entre a aparência dos preceitos e a sua realidade profunda, entre a lei e a sua execução, fez da vida pública de Portugal uma colossal mentira, em particular tudo o que diz respeito ao défice e à dívida pública.

A origem da mentira? Sucessivos putativos orçamentos equilibrados, onde as receitas são sistematicamente avaliadas em mais e as despesas artificialmente reduzidas abaixo do que hão-de ser.

Estamos agora nas mãos de credores internacionais, neste caso do BCE; sem a “impressora mágica”, quem mais iria comprar a dívida pública portuguesa? Se observarmos a Figura 6, podemos constatar o impacto do seu intervencionismo. A remuneração média da dívida pública não cessa de diminuir: de 3,55% em 2013 para apenas 2,84% em 2021, apesar de uma subida de 25% da dívida pública durante este período, de 224 mil milhões de Euros para 278 mil milhões de Euros.

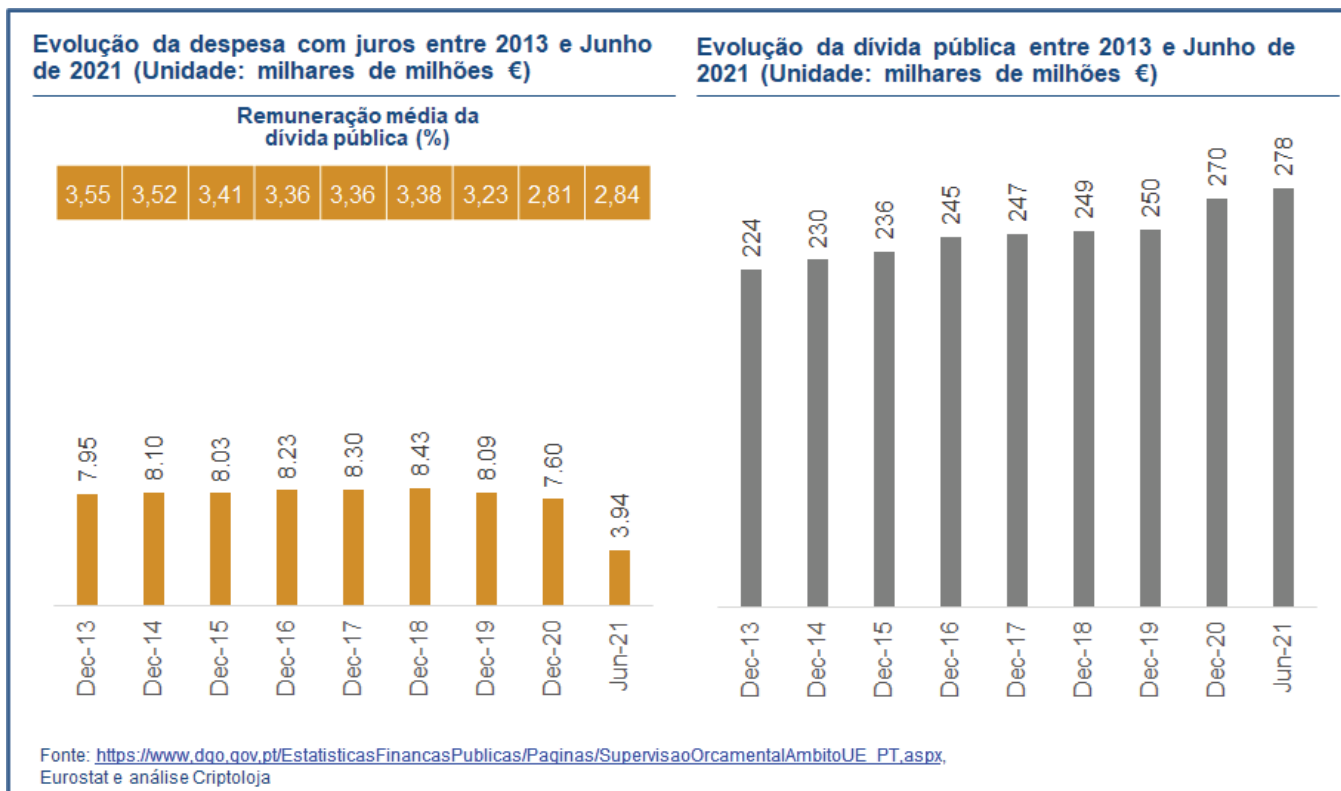


Figura 6

Com a dívida a aproximar-se dos 300 mil milhões, significa que uma subida de 1% nos juros da dívida pública representa 3 mil milhões de euros, o equivalente a 1,5% do PIB e cerca de 15% da massa salarial do estado. Podemos ver a tragédia que poderá ocorrer, caso o BCE desligue a máquina de imprimir a nosso favor.

Por esta razão, estamos completamente nas mãos do BCE, que continuará a penalizar com juros 0% ou juros negativos os aforradores, impedindo a remuneração da

poupança nos próximos anos. Para além disso, um país com esta dívida não é soberano, tal como afirmei no início. A perda de soberania continuará a obrigar-nos a impor leis e medidas ditadas pelos credores internacionais em nosso desfavor. A tributação da população, por todas as formas, continuará a ser uma exigência, colocando enormes problemas a quem tente poupar ou possua património. A solução para este problema será explicada no final, não se preocupe.

Crescimento da economia: sistematicamente somos os primeiros dos últimos

A realidade dos últimos 20 anos é conflagradora, as nossas taxas de crescimento económico são medíocres: sistematicamente inferiores a praticamente todos os países europeus, à excepção daqueles muito mais desenvolvidos que Portugal, como, por exemplo, a Alemanha ou a França.

Na Figura 7, é possível observar que entre

1999 e 2020 fomos dos países com menor crescimento da zona Euro; note-se que todos os países com menor crescimento apresentaram um crescimento per capita em 1999 superior ao português. Verdadeiramente “humilhante” é assistir a um país riquíssimo como a Holanda lograr apresentar uma taxa de crescimento anual superior à portuguesa durante este período.

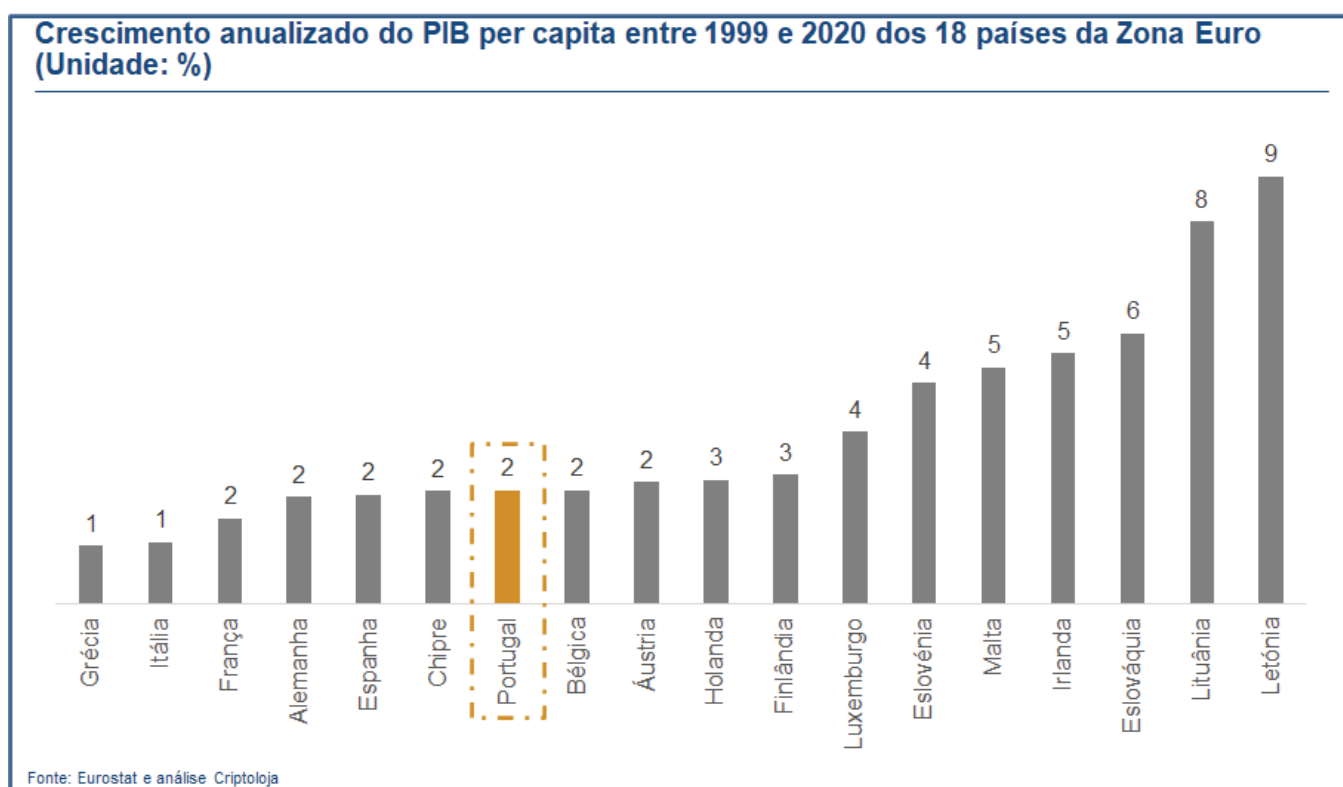


Figura 7

Estamos a ser ultrapassados por países que há 20 anos apresentavam um rendimento per capita muito inferior ao nosso, como foi o caso da Eslovénia e de Malta – Eslováquia e Lituânia vão ultrapassar-nos em breve –, tal como podemos observar na Figura 8.

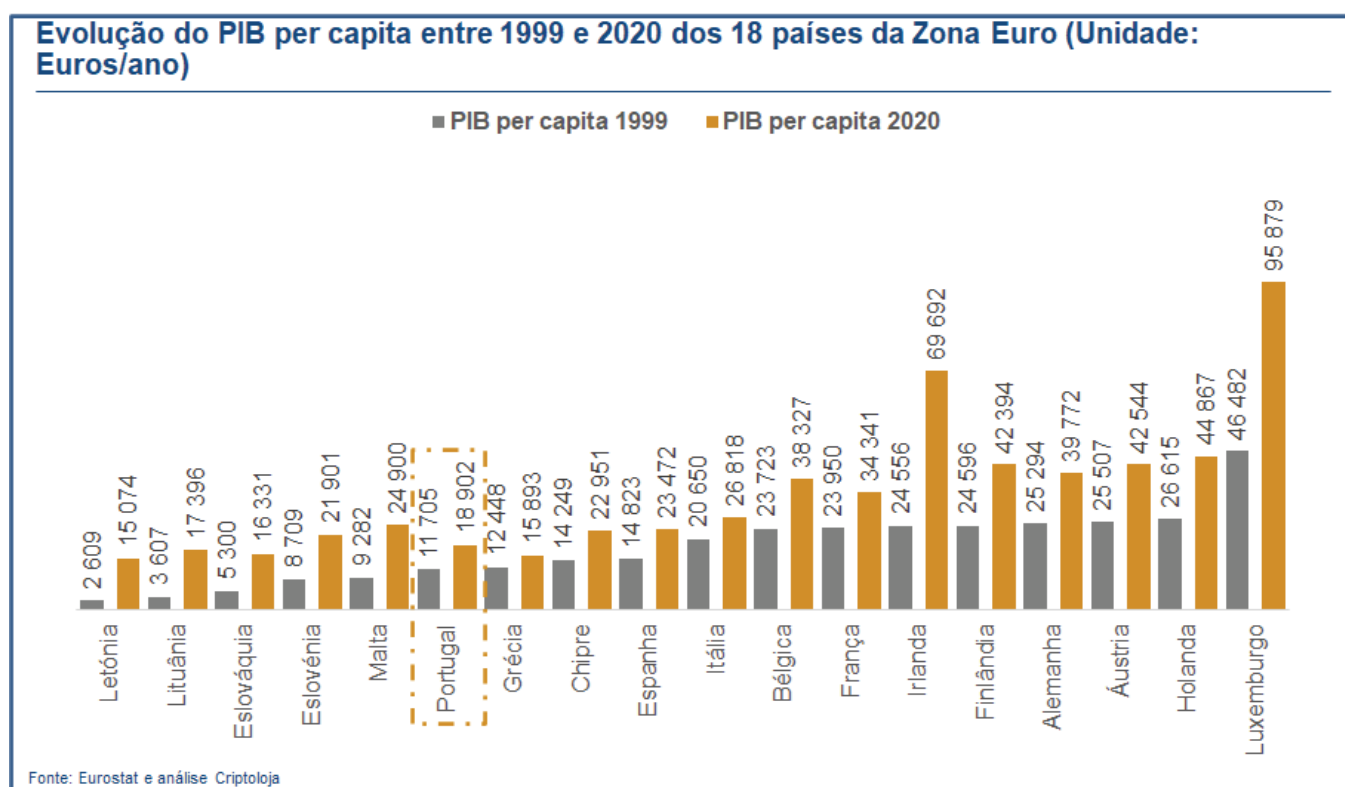


Figura 8

E os próximos meses, o que nos reservam? Aparentemente, uma das piores recuperações pós crise Covid-19.

Como podemos observar na Figura 9, segundo dados da Comissão Europeia, estamos a registar uma das piores recuperações, em que se prevê voltarmos aos níveis de 2019 no final de 2022, mas com a terceira pior posição a contar do fim no que respeita à recuperação da crise.

Em sentido contrário, a Irlanda já estará 16,5% acima dos níveis em que se encontrava em 2019. Ainda mais um dado curioso: os países mais endividados – rácio dívida pública vs PIB no final de 2020 – da Europa são aqueles que apresentam a pior recuperação económica: Itália (162%), Espanha (123%), Portugal (137%), Grécia (205%). Sem surpresas, continuamos bem acompanhados!

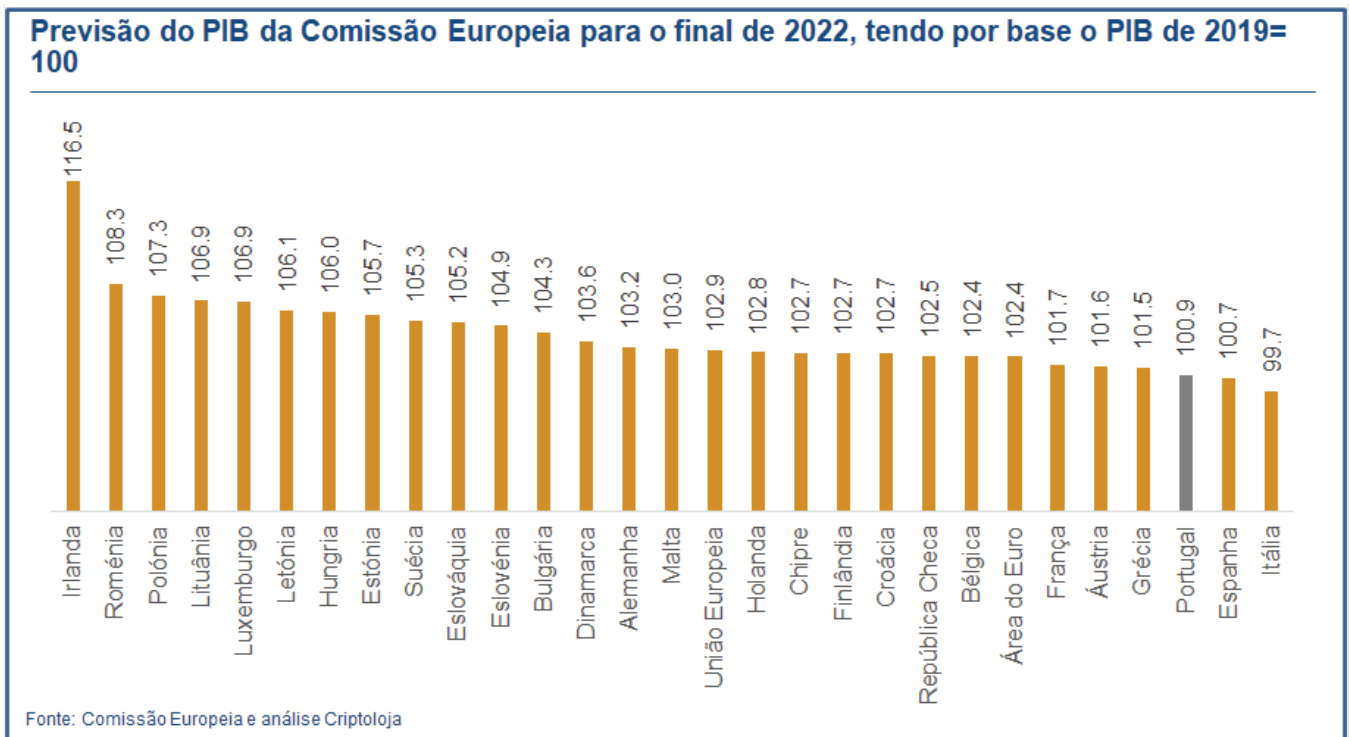


Figura 9

É urgente procurar outras formas de rendimento de capitais, caso contrário, as oportunidades de negócio irão continuar a ser diminutas, atendendo que o contexto económico não as proporciona. O método para encontrar soluções de rendimento será detalhado no final.

Estado desesperado, medidas desesperadas

É perfeitamente claro que estamos a viver uma ilusão. O estado português apenas logra pagar as suas despesas através da emissão massiva de dívida pública. Tal como um viciado em cartões de crédito, necessita de pedir mais crédito para pagar as suas dívidas, juros acumulados e despesas acima das receitas.

E como funciona este esquema? O estado emite obrigações, por exemplo, com maturidade a 10 anos, e vende-as aos bancos comerciais nacionais – são essencialmente estes os principais tomadores desta dívida pública – através de um leilão.

Para esta aquisição, os bancos comerciais solicitam linhas de crédito ao BCE; seguidamente, vendem estas obrigações com lucro ao BCE no mercado secundário, já que este garante a compra de um determinado volume de obrigações todos os meses. É como vender valores mobiliários a alguém que tem notas de monopólio: é infinita a sua capacidade de aquisição. Por essa razão, estas obrigações são negociadas com uma taxa de rentabilidade implíci-

ta ridícula: a 10 anos, o BCE recebe apenas 0,20%/ano!, a 2 anos, o BCE paga 0,7%/ano por comprar estas obrigações: paga por emprestar dinheiro!

Agora compreendemos a razão dos juros 0% nos bancos comerciais. Se os bancos centrais permitissem uma subida das taxas de juro, a maioria dos estados da zona euro, em particular os países muito endividados como Portugal, seriam obrigados a decretar a respectiva falência numa questão de dias!

Qual será o impacto desta loucura monetária? A compra mensal massiva destas obrigações emitidas pelo estado português não provém de poupança particular, mas sim de dinheiro criado do “ar” pelo BCE: aquilo que vulgarmente designamos por inflação.

Desde 2008, os programas de estímulos dos bancos centrais – a compra de activos financeiros através de notas geradas pela impressora – têm inflacionado exclusivamente os activos financeiros cotados em

bolsas desenvolvidas, como é o caso das bolsas norte-americanas. No entanto, tal não aconteceu recentemente: esta loucura monetária, visando “debelar” a crise Covid com a impressão massiva de dinheiro, está a tornar-se agora visível. Regista-se agora uma subida inexorável do preço das matérias-primas.

Na Figura 10, podemos verificar que existem várias matérias-primas que sobem mais de 10% no presente ano, faltando ainda 4 meses para o mesmo terminar.

Destaque para o Café e Petróleo, o primeiro sobe 54% e o segundo 42%; podemos imaginar o impacto de tudo isto na população mais pobre e com rendimentos estagnados, sem grandes alterações há anos; por outro lado, um depósito num banco comercial não remunera a real inflação, que se encontra muito acima das estatísticas oficiais. Todos os dias a inflação está a “comer” rendimentos e património.

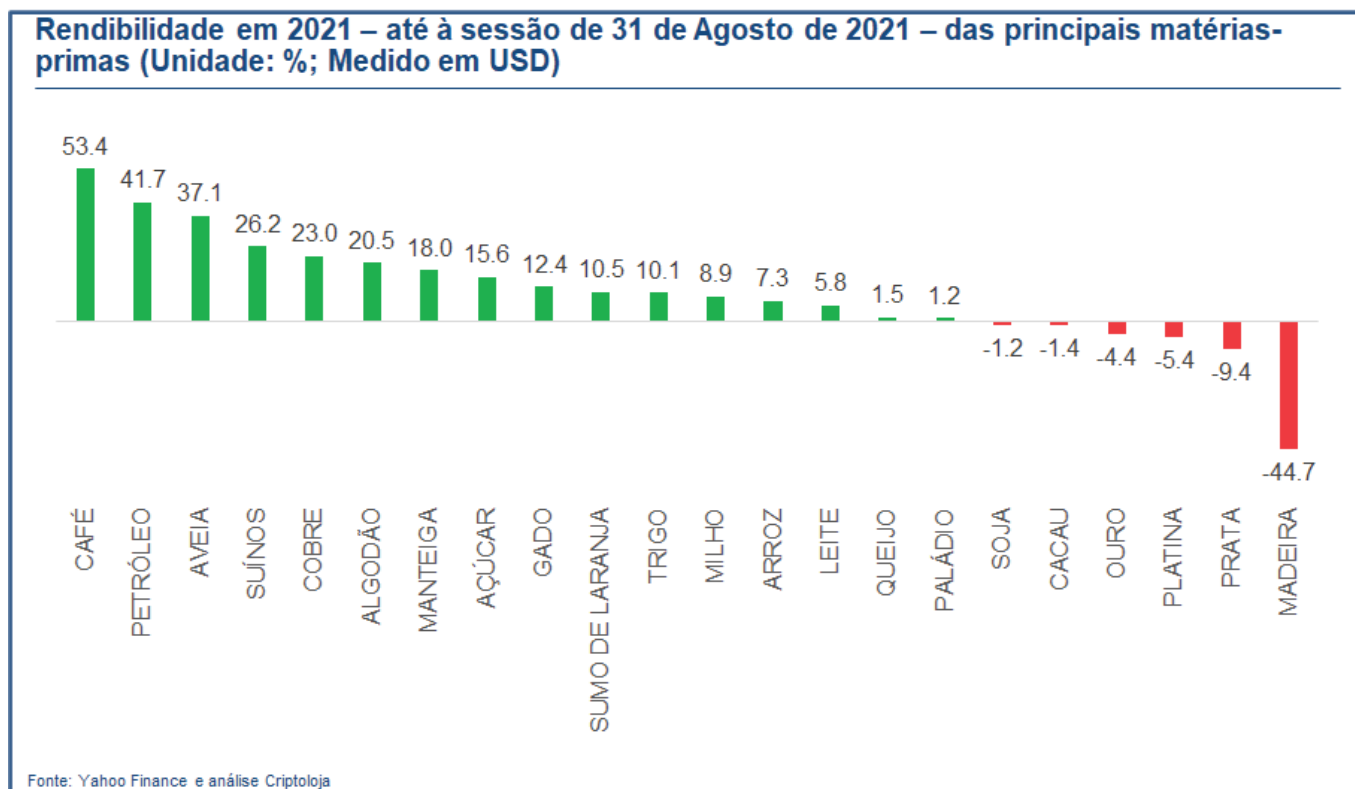


Figura 10

O desespero do estado português é tal, que se encontra agora numa situação semelhante às crises que mencionámos no início do presente artigo: saiu de uma bancarrota em 2011, que lhe retirou soberania com a vinda da Troika, tal como a crise de 1580 que foi precedida de uma bancarrota em 1560; os seus dirigentes claudicam e o país encontra-se nas mãos de dirigentes estrangeiros – do humor do BCE e da liderança da Comissão Europeia, o mesmo que aconteceu na fuga da família real para o Brasil, em que um general inglês decidia os destinos do nosso país.

Como vulgarmente se diz: a história repete-se! Os soberanos que sucederam a Filipe I – Filipe II e Filipe II – e o general inglês, que cá ficou na ausência da família real, tornaram-se crescentemente despóticos e impacientes com os nossos problemas. Uns destes dias, os dirigentes em Bruxelas podem “fechar a torneira” e fartarem-se do incorrigível despesismo nacional.

Tendo em conta o sobredito, o estado português irá seguramente aproveitar-se da repressão financeira criada pelo BCE, em que a inflação é muito superior à realmente existente, permitindo-lhe diminuir o valor da sua monstruosa dívida pública; ou seja, a inflação será sempre a forma mais eficiente de confisco dos devedores sobre os credores. As pessoas apenas irão compreender quando repararem que os seus rendimentos estão longe de acompanhar a subida do custo de vida.

Mas a pior parte será esta: em breve, o estado português irá iniciar a tomada de medidas desesperadas, tirando proveito da nova realidade digital que domina as nossas vidas.

Como será certamente do conhecimento do leitor, nos dias que correm, o estado sabe tudo sobre a nossa vida: as acções que temos na corretora ou no nosso banco, o valor dos nossos depósitos e empréstimos, os carros que possuímos, as participações sociais nas empresas que constituímos, o imobiliário de que somos proprietários, os metais preciosos que guardamos no cofre do banco – a nova lei do branqueamento de capitais assim o obriga -, absolutamente nada lhe escapa.

Por esta razão é inevitável um imposto sobre o património das pessoas, que irá abranger todo e qualquer activo. Será anunciado como o imposto salvífico, o último sacrifício para nos retirar da enorme crise que atravessamos. Em paralelo, será anunciado um congelamento dos depósitos bancários e um interregno das transacções imobiliárias, como forma de se assegurarem que o imposto lançado será efectivamente cobrado. Os seus depósitos serão obliterados, os seus valores mobiliários – acções e obrigações – serão congelados e parte retidos, deverá pagar um imposto sobre o património, apesar de não o poder vender; e mesmo que o consiga vender, terá dificuldade, em resultado do colapso dos valores de venda.

A solução: o que fazer neste neste contexto?

Existe um único activo que foge por completo ao controle dos estados: as criptomoedas. Ao contrário de uma conta bancária nominativa, as carteiras digitais são anónimas e não se encontram registadas junto de qualquer base de dados debaixo do controlo estatal ou de uma entidade obrigada a informar as autoridades. Tal como uma conta de gmail, bastará que a pessoa conheça a chave-privada de uma dada carteira para a possuir, tudo o que está disponível na Internet é uma chave-pública.

Ao contrário da moeda fiat emitida pelos bancos centrais, que pode ser indefinidamente manipulada, pois a quantidade emitida pode ser infinita e usada para fins políticos – financiar a “bazuca”, comprar activos financeiros, ajudar bancos comerciais falidos -, a maioria das criptomoedas tem uma emissão limitada, como é caso da Bitcoin. Por essa razão, hoje está a tornar-se o padrão-ouro da era digital. Qualquer pessoa devia ter uma parte do seu património em Bitcoin, adoptando-o como uma reserva de valor, pois não será erodida pela inflação causada pelos bancos centrais e governos.

As pessoas devem também possuir outras criptomoedas, para além de Bitcoin, atendendo que muitas delas são a “moeda oficial” de protocolos revolucionários e que podem no futuro cobrirem múltiplas necessidades da economia digital, como é o caso do Cardano (ADA), do Ethereum (ETH) ou Chain Link (Link), com impacto exponencial no valor. Além disso, todas estas moedas estão fora do controle dos estados, estão ao abrigo de qualquer confisco ou édito estatal que tenha esse propósito.

O seu património também não necessita de ser confiscado pela inflação, caso não deseje estar sujeito a oscilações importantes, como é o caso do Bitcoin ou do Ethereum. A revolução das criptomoedas permitiu a criação das denominadas Stablecoins; o que são? São criptomoedas indexadas a moedas fiat, como o USD ou EUR, cotadas à paridade, ou seja, a um token corresponde a um USD, por exemplo. Este é o caso da Tether (USDT), indexada ao USD, ou do TerraUSD (UST), igualmente indexada ao USD. Qual a importância destas criptomoedas? A maioria dos projectos de banca descentralizada, denominados DeFi – decentralized finance

-, utilizam estas criptomoedas para realizar a intermediação de poupança, um negócio abandonado pelos bancos comerciais, em resultado da repressão financeira dos bancos centrais.

Este negócio era simples: o banqueiro procurava depositantes a quem pagava 2 ou 3% e emprestava em fracções a vários empresários a 5 ou 6%, obtendo uma margem financeira, a diferença entre juros cobrados e pagos. Com os projectos DeFi acontece o mesmo. A remuneração dos depósitos tem que proporcionar uma remuneração e cobrir a inflação, tal como acontecia antigamente com os bancos comerciais. Nos próximos anos, quem deseja ter poupanças remuneradas acima da inflação, não terá outra alternativa que tirar o dinheiro do seu banco e transformá-lo em StableCoins, escolhendo o melhor projecto DeFi existente, do ponto de vista de segurança e remuneração.

De que está à espera para fugir à catástrofe que se avizinha? Se não actuar, arrisca-se a não ter uma pátria, a perder toda a sua dignidade e a protecção dos seus entes mais queridos. É tempo de actuar.

PROTEJA O SEU PATRIMÓNIO COM A CRIPTOLOJA

O fim de Portugal pode ser evitado
ABRA SUA CONTA

ABRIR CONTA

